

Ao iniciar a leitura do relatório da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico que reúne 36 países) sobre a avaliação da educação superior no Brasil, me vieram à lembrança algumas críticas que sempre manifestei a respeito do programa de avaliação do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), que defendi na sua implantação, mas que não evoluiu como se esperava, a não ser por uma certa sofisticação estatística. Não só defendíamos e sugeríamos formas de avaliação em nossos cursos, como as utilizamos como consultores no Brasil e também no Projeto Columbus, antes mesmo da formulação do SINAES no Brasil.

Sobre o ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) e o CPC (Conceito Preliminar de Curso), em particular, sempre considerei como pontos fracos a serem corrigidos:

- 1- A não incorporação da nota do ENADE no histórico escolar do estudante, o que retira a responsabilidade do aluno em buscar bom resultado - não gostaria de me consultar com um médico que tenha tirado, por exemplo, nota zero no ENADE;
- 2- A ausência, ainda mais grave, de uma nota mínima, considerada de suficiência, independente da nota ajustada na curva normal. Um curso em uma área com péssima qualidade de ensino poderá ter nota alta, bastando ser menos ruim que os demais. A atual fórmula não emula, assim, a melhoria do sistema de forma absoluta.
- 3- A ausência de uma padronização da prova do ENADE que ao longo dos anos permita comparar o desempenho histórico dos participantes e, portanto, a evolução do desempenho de cada grupo de formandos;
- 4- O fato de que os pesos dos insumos e processos no CPC como o resultado de ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), o número de professores titulados e os tipos de regimes de trabalho, além de laboratórios, organização didática, etc, são maiores do que os resultados, cuja única medida disponível é ainda a prova do ENADE. Outros fatores como índices de evasão e empregabilidade não fazem parte na análise de resultados. Nesse tipo de quantificação, normalmente os resultados deveriam pesar mais de 50% do total, dividindo o peso restante entre insumos e processos.
- 5- A ausência de processo avaliativo fora do âmbito do governo, que atualmente julga, credencia, avalia, aprova e financia projetos de educação superior. A política de “checks and balances” provavelmente seria um ganho para o programa.
- 6- A ausência de critérios para comparação internacional.

Críticas ainda mais amplas como as relativas à periodicidade dos exames e das visitas às IES e a uniformidade das provas que pode comprometer algumas propostas pedagógicas inovadoras, deveriam ser também analisadas para uma futura revisão e aperfeiçoamento da metodologia empregada atualmente.

Como se vê, é preciso mesmo avaliar a avaliação, pois há muita coisa que pode ser melhorada sempre.